



Gerardo Magela/Senado Federal



Eunício Oliveira (C), presidente da CCI, pode atender relator, Randolfe Rodrigues (E)

Estatuto da Juventude: sem acordo, votação deve ser adiada

Apesar de constar da pauta de hoje da Comissão de Constituição e Justiça, divergências em

torno da meia-entrada, por exemplo, podem levar decisão para 7 de dezembro. **8**

Código Florestal pode ter hoje última etapa antes do Plenário 6



Lin de Paula/Senado Federal

Ao lado de Suplicy, Casildo Maldaner apresenta seu parecer sobre o projeto

Projeto visa aperfeiçoar defesa civil na prevenção de desastres

Texto aprovado ontem em comissão prevê multa para quem omitir de órgãos de defesa

civil informações sobre mudanças em empreendimentos que ofereçam risco de desastre. **6**

Correção

Diferentemente do que publicou o **Jornal do Senado** na primeira página da edição de ontem, o valor do salário mínimo previsto para janeiro de 2012 é de R\$ 622,73, de acordo com a atualização dos parâmetros econômicos enviada pelo governo ao Congresso na segunda-feira.

Por um erro de digitação, o valor informado na capa foi de R\$ 662,73.

Tanto o título quanto o corpo da matéria publicada à página 3 da edição informaram o valor correto.

Revisão na lei pode garantir voos mais seguros

A opinião é de representantes de órgãos públicos que participaram de debate na Comissão de

Desenvolvimento Regional. Crescimento no número de passageiros seria principal razão para mudanças. **5**



José Cruz/Senado Federal

Maria do Carmo (E) propôs a audiência presidida por Benedito de Lira (2º à dir): mais incentivo à aviação regional

Senado aprova uso de recursos do FGTS em obras da Copa

Projeto, que segue para sanção presidencial, é oriundo de medida provisória e inclui outros assuntos, gerando protesto da oposição

Após quatro horas de discussão, os senadores aprovaram ontem projeto que autoriza o uso de recursos do Fundo de Investimento do FGTS em obras da Copa de 2014 e

das Olimpíadas de 2016. Serão beneficiados projetos para aeroportos, mobilidade urbana e empreendimentos hoteleiros e comerciais. A proposta foi duramente criticada pela oposição

por tratar de diversos assuntos, entre eles incentivos à indústria nacional e tributação. A oposição pretende contestar a iniciativa no Supremo Tribunal Federal (STF). **3**



Pedro França/Senado Federal

Presidente do Senado, José Sarney (C) ouve argumentos de Walter Pinheiro e Aloysio Nunes sobre a medida provisória

Exportações agora têm fundo de financiamento 3

Honorário de médico de convênio é baixo, diz ANS 4

Dinheiro do FAT deve ganhar novos operadores 7

Prorrogação da Desvinculação de Receitas da União foi aprovada ontem na Câmara e é essencial para o governo, mas oposição prioriza Emenda 29, que define verbas para saúde

Oposição quer votar recursos para a saúde antes da DRU

OS SENADORES DE oposição prometem não criar dificuldades à votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2015. A condição para isso, porém, é que o governo aceite votar primeiro a regulamentação da Emenda 29, que define percentuais mínimos para investimento em saúde por municípios, estados e União.

A prorrogação da DRU foi aprovada ontem, em segundo turno, na Câmara dos Deputados. O mecanismo permitirá ao governo gastar até 20% de sua arrecadação como quiser nos próximos quatro anos. O Executivo alega que a medida é importante para seu equilíbrio fiscal, em um cenário de crise financeira e desaceleração econômica no mundo.

– O governo está concordando em votar primeiramente a Emenda 29. De forma alguma nós facilitaremos a votação da DRU se não deliberarmos antes sobre recursos para a saúde pública no país – informou o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), após reunião de lideranças do governo e da oposição no Senado e na Câmara.

A oposição está disposta a abrir mão dos prazos constitucionais de cinco sessões para votação da DRU em Plenário, em dois turnos. O acordo, no entanto, deverá ser apenas de



Alvaro Dias, líder do PSDB, pressiona governo para votar logo a Emenda 29

procedimento e não entrará no mérito das matérias.

No caso da regulamentação da Emenda 29, a oposição não abrirá mão de defender a fixação do investimento mínimo em saúde de 10% da receita da União. Da maneira como veio da Câmara, o texto só prevê percentuais fixos para estados (12%) e municípios (15%). O percentual mínimo a ser gasto pela União será calculado com base no montante do ano anterior e na variação do produto interno bruto (PIB).

– A decisão da oposição é defender os 10%, o projeto histórico do Senado. A posição da base do governo vai ser defender o projeto da Câmara de regulamentação. Não há recursos para ampliar a despesa com a saúde – afirmou o líder do

governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Votação na Câmara

Na Câmara dos Deputados, a prorrogação da DRU foi aprovada, ontem à noite, por 364 votos a 61, com duas abstenções. Em seguida, os deputados analisaram os destaques apresentados pela oposição, que foram rejeitados.

Com o fim da apreciação pela Câmara, a matéria vem para o Senado. Estima-se que seja votada, em primeiro turno, em 6 de dezembro, para que o segundo ocorra até o dia 16. A medida precisa ser aprovada este ano para ter validade em 2012.

Segundo Jucá, depois da DRU, a intenção é criar cronograma para votar outras matérias, como o Código Florestal.

Couto questiona por que Lupi continua ministro

O líder da Minoria no Senado, Mário Couto (PSDB-PA), questionou a permanência de Carlos Lupi como ministro do Trabalho. Segundo o parlamentar, o ministro mentiu ao afirmar, na Câmara, não conhecer o empresário Adair Meira.

Lupi foi acusado de ter viajado em avião emprestado pelo empresário e em companhia dele. Adair comanda a ONG Pró-Cerrado, que tem contratos suspeitos de irregularidades com o Ministério do Trabalho. No Senado, Carlos Lupi negou ter dito que não conhecia o empresário.

– Responda, presidenta, diga por que ainda não tirou o ministro. Se é medo de o ministro abrir a boca por causa de alguma coisa, diga. Porque ministros que muito menos tinham, saíram, foram cinco – afirmou.



Senador pede explicações à presidente



Senador relata ação movida pela União

Randolfe busca saída para drama de professores

Ação movida pela União, disse Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), pode representar perda de boa parte do salário dos professores do Amapá, referente às perdas salariais sofridas com o Plano Collor. Derrotados, eles poderão perder cerca de 60% de seus salários, além de serem obrigados a devolver o valor recebido nos últimos cinco anos. A situação mobilizou o senador a requerer audiência com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, e a tentar negociar uma solução junto à Advocacia-Geral da União e ao Ministério do Planejamento.

Após decisão favorável da Justiça do Trabalho, relatou, os professores, que eram celetistas, passaram 16 anos recebendo o equivalente à reposição da inflação de 84,2%, de março de 1990. Incorporados ao serviço público federal, sofreram então a ação da União.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Congresso Sessão conjunta

12h O Congresso Nacional realiza sessão conjunta hoje, no plenário da Câmara dos Deputados, a partir do meio-dia, para tratar de projetos da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Plenário Prorrogação da DRU

14h Na pauta da sessão deliberativa, a Proposta de Emenda Constitucional 87/11, que prorroga a vigência da Desvinculação de Receitas da União até 31 de dezembro de 2015.

Presidência Reunião com secretária do GDF

11h30 O senador José Sarney recebe a secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do GDF, Arlete Sampaio. Às 16h, preside a ordem do dia.

CAS Emendas ao Orçamento

9h Comissão de Assuntos Sociais analisa projeto que proíbe o uso de informações dos cadastros das agências de proteção ao crédito para admissão ou permanência de trabalhadores. Também vota emendas ao Orçamento.

CI Veículos, Orçamento e superfaturamento

9h Na pauta da Comissão de Infraestrutura, substitutivo à proposta que obriga o fabricante de veículo a inserir, no manual do proprietário, informações sobre peças; votação de emendas ao Orçamento; e, às 14h, audiência sobre denúncias de superfaturamento em obras de refinaria em Araucária (PR).

CAE Lei Orçamentária

9h A Comissão de Assuntos Econômicos vota emendas a projeto da Lei Orçamentária para 2012.

CCT Informação sobre inadimplência

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia analisa projeto que assegura ao consumidor o acesso a informações sobre inadimplência, via internet; vota projetos de decreto legislativo de autorizações e permissões para serviços de radiodifusão; e discute emendas ao projeto de Lei Orçamentária para 2012.

CCJ Indicação para o STF

10h Entre os projetos em análise na Comissão de Constituição e Justiça, o que define procedimentos contra o descumprimento de obrigações do SUS; e votação da indicação de Rosa Maria Weber Candiota da Rosa para o STF.

CMA Discussão e votação de emendas

10h A Comissão de Meio Ambiente discute e vota emendas ao projeto de Lei Orçamentária para 2012.

CE Alimentação e transporte escolar

10h Os programas nacionais de Alimentação Escolar e de Apoio ao Transporte Escolar são tema de debate na Comissão de Educação. José Maria Rodrigues, representante do MEC, está entre os convidados.

Reforma política Eleições 2012

12h30 Seminário sobre reforma política, legado trabalhista, inclusão social e eleições 2012. As palestras serão proferidas pelos cientistas políticos Paulo Kramer e Valdir Pucci e pelo professor de Direito Juliano Costa Couto.

CMO Créditos para ministérios

14h30 A Comissão Mista de Orçamento examina projetos que autorizam créditos extras para ministérios.

CMMC Desastres naturais

14h Audiência pública na Comissão Mista sobre Mudanças Climática para debater a intensificação dos desastres naturais. Participam o senador Casildo Maldaner, o deputado Glauber Braga e representantes do governo.

Copa Ações de sustentabilidade

14h A Subcomissão Temporária da Copa 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016 debate as ações de sustentabilidade para os eventos. Entre os convidados, Laura Macedo, do Ministério do Meio Ambiente.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Senador acredita em decisão do TSE

Mozarildo espera cassação do governador de RR

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a registrar sua expectativa de que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirme na próxima terça-feira a cassação definitiva do mandato do governador de Roraima, Anchieta Júnior. Segundo o senador, além de ser julgado no TSE por uso de rádio do governo em seu benefício, o governador responde no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima por várias irregularidades de campanha.

– São tantas as evidências que o Ministério Público Eleitoral constatou que é impossível o TRE do meu estado não acatar a cassação – disse.

Mozarildo citou representações em que Anchieta Júnior e o vice-governador, Chico Rodrigues, são acusados por irregularidades nos gastos de campanha e por movimentação financeira ilícita.

Aprovado fundo de incentivo à exportação

Os senadores aprovaram ontem o Projeto de Lei de Conversão 28/11, decorrente da Medida Provisória 541/11, que cria o Fundo de Financiamento à Exportação (Ffex). O objetivo do fundo é financiar exportações de bens e serviços com taxas atrativas, que serão definidas pelo seu estatuto, ainda a ser criado.

Para Magno Malta (PR-ES), relator da proposta, a proposição atende a necessidade de se evitar a desindustrialização da economia brasileira, decorrente da sobrevalorização do real, e o consequente aumento da participação dos produtos importados no mercado nacional.

O texto inclui o setor de autopeças na lista das empresas passíveis de receber subvenção econômica, em que já constavam empresas de pedras ornamentais, de beneficiamento de madeira e couro, de calçados e artefatos de couro, têxteis, de confecção, inclusive linha lar, de móveis de madeira, de frutas *in natura* e processadas, de cerâmicas, de *software* e de prestação de serviços de tecnologia da informação.

A MP 541/11 também alterou o nome do Ministério de Ciência e Tecnologia para Ciência, Tecnologia e Inovação.

Inmetro tem competência ampliada

O PLV 28/11 trata também de atualizações na legislação que regula o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). Pelo texto, o Inmetro passa a ser Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e tem suas competências ampliadas, assim como seu papel de normatização e fiscalização, principalmente em relação a produtos importados.

Entre as novas competências, está a de polícia administrativa para, entre outras atribuições, fiscalizar "práticas enganosas de comércio". As mudanças incluem a criação da Taxa de Avaliação da Conformidade, vinculada ao poder de polícia administrativa, que incidirá sobre pessoas físicas ou jurídicas que prestem serviços ou pratiquem relações econômicas com bens, desde o comércio até o transporte.

O projeto também cria 120 cargos de provimento efetivo de analista de comércio exterior para serem incorporados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Projeto proveniente de medida provisória foi acusado de inconstitucional por senadores da oposição porque também trata de impostos e outros assuntos, incluindo ressarcimento de tributos para exportação de produtos que não têm isenção

Senado autoriza uso do FGTS em obras da Copa de 2014

O PLENÁRIO APROVOU ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 29/11, que autoriza o uso dos recursos do FGTS em obras da Copa de 2014 e concede incentivos à indústria nacional. A matéria vai agora à sanção presidencial. A votação foi simbólica, mas a análise durou mais de quatro horas. A oposição protestou porque a proposta, derivada da Medida Provisória 540/11, trata de diversos outros assuntos.

A aplicação de recursos do Fundo de Investimento do FGTS em projetos associados à Copa e às Olimpíadas de 2016, nas cidades-sedes desses eventos, poderá ser feita excepcionalmente até 30 de junho de 2014. Serão beneficiados projetos de infraestrutura aeroportuária, de operações urbanas consorciadas, de transporte e mobilidade urbanos e empreendimentos hoteleiros e comerciais.

A MP criou o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), que permite o ressarcimento a empresas exportadoras de tributos federais para os quais não há isenção. O benefício valerá a partir da regulamentação para as exportações realizadas até 31 de dezembro de 2012, e a estimativa de renúncia fiscal é de R\$ 6,9 bilhões nos dois anos.

Alíquota de INSS

O PLV também altera o pagamento previdenciário dos setores calçadista, de vestuário, de couro, de tecnologia da informação (TI) e de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Em vez de pagarem 20% sobre a folha para o INSS, a título de cota patronal, eles poderão pagar 1,5% sobre a receita bruta. No caso das empresas de TI e TIC, o índice é de 2,5%. A MP também determina aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis que não atinjam 65% de "conteúdo regional médio".

O relator José Pimentel (PT-CE) informou que o projeto permite à Receita Federal indicar alternativa de controle de receitas das empresas concessionárias que operam rodovias. O PLV



José Pimentel (2º à esq.) e Aécio Neves debatem o texto próximos a Romero Jucá

também aumenta o IPI sobre cigarros a partir de 2012, o que resultará em aumento no preço de 20% em média, chegando a 55% em 2015.

O texto ainda reduz a base de cálculo da Contribuição à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalinho Nacional, excluindo os valores pagos a apostadores e, a título de prêmio, a proprietários, criadores e profissionais do turfe.

Críticas e defesa

Demóstenes Torres (DEM-GO) afirmou que o PLV é inconstitucional porque propostas que tratam de tributos deveriam tratar exclusivamente desse tema. Ele avisou que seu partido contestará a proposição no Supremo Tribunal Federal (STF).

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o PLV é "um descaso com os trabalhadores", uma vez que destina recursos do FGTS para empreendimentos comerciais. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lembrou que a MP, que tinha

24 artigos, foi transformada em projeto com 52 artigos.

José Agripino (DEM-RN) afirmou que a oposição votaria a matéria somente por ter negociado a votação da regulamentação da Emenda 29. Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que a MP é uma desmoralização para o Senado, e Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que a aprovação do PLV fortalece o Poder Executivo, que já é hoje o maior legislador.

José Pimentel explicou que a MP 540/11 foi editada no âmbito do Plano Brasil Maior, que visa integrar as ações governamentais de política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Ele observou que as medidas tentam resguardar o país das incertezas no cenário econômico internacional. Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que a MP foi editada com o objetivo de proteger o mercado interno e a indústria, além de aumentar o nível de investimento no Brasil para 22,4% do produto interno bruto (PIB) já em 2014.

Demóstenes cobra de Jucá controle em matérias tributárias

Durante a discussão do PLV 29/11, Demóstenes Torres (DEM-GO) cobrou do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), o compromisso por ele assumido de aumentar os mecanismos de controle nas medidas provisórias que tratam de tributação. A intenção é dificultar a ação fraudulenta de pessoas e organizações beneficiadas pelo governo.

Jucá, de fato, havia feito a promessa à oposição na análise da MP 538/11, que criou o Programa Brasil Sem Miséria. Nessa MP, Demóstenes apresentou

uma lista de requisitos e documentos que deveriam ser exigidos dos intermediários do programa. Ele sugeriu, por exemplo, a publicação em jornais das quantidades de alimentos recebidas, a identificação das entidades e dos responsáveis e a especificação da distribuição e do uso dos alimentos, entre outras exigências.

Na ocasião, Jucá rejeitou a proposta argumentando não haver tempo hábil para que a MP voltasse para a Câmara para votação da emenda, uma

vez que o prazo de validade da medida já estava no fim. Como compensação, Jucá prometeu que os mecanismos propostos por Demóstenes constariam da próxima MP – que veio a ser a 540/11 (transformada no PLV 29).

De acordo com Jucá, no entanto, também essa MP perderia a vigência caso fosse emendada e tivesse de voltar à Câmara. Diante disso, o compromisso da liderança do governo foi adiado, mais uma vez, para a próxima MP.

Propaganda de tabaco passa, mas pode ser vetada

A criação de brecha para a volta da propaganda de tabaco foi confirmada na votação da MP 540/11, apesar dos protestos da oposição, que viu ser rejeitado pedido para votar a retirada dessa possibilidade. O líder do PT, Humberto Costa (PE), afirmou que os governistas trabalharão para que a presidente Dilma Rousseff veto esse trecho da proposta.

Segundo ele, essa previsão não constava do texto original da MP e foi incluída por emenda aprovada na Câmara.

Magno Malta (PR-ES) foi um dos senadores que insistiu na retirada dessa emenda.

Relator no Senado da PEC 11/11, que trata da tramitação das MPs, Aécio Neves (PSDB-MG) lamentou a posição "subalterna" do Congresso. Para ele, o Senado se submete ao Executivo de forma comparável à época do regime militar.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) opinou pela rejeição da medida provisória, "uma excessão legislativa". Sua principal crítica é o uso de recursos do FGTS na Copa.

Demóstenes Torres (DEM-GO) disse que 10 das 15 companhias selecionadas para receber os investimentos do FGTS em 2010 tiveram prejuízo. Segundo ele, cabe à Caixa pagar o prejuízo, que passa a ser de todos os brasileiros.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) manifestou apoio à MP. Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que a maior discussão da MP é a forma como o Brasil se porta diante da crise internacional.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) lamentou a ausência do setor têxtil e de confecções no pacote de beneficiados. Segundo ele, as perdas de 20% registradas pelo segmento devem-se às importações, sobretudo de roupas chinesas.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que as pequenas e médias indústrias moveleiras terão prejuízo com a tributação estabelecida pela Câmara.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) mostrou-se favorável à desoneração dos setores calçadista, de couro e de tecnologia da informação, mas considerou que outros setores deveriam ser beneficiados.

Marinor Brito (PSOL-PA), disse que a concessão de benefícios tributários é uma questão política e que "os parlamentares devem analisar politicamente" se vale a pena.

Para Paulo Bauer (PSDB-SC), é "um deboche para com o Legislativo" o fato de o relator, José Pimentel, ter rejeitado as 242 emendas.

Em resposta a Humberto, que acusara a oposição de não discutir o desenvolvimento do país, Aloysio Nunes Ferreira afirmou que os governistas queriam apenas desviar a atenção para o real conteúdo da cobrança da oposição: o respeito à Constituição.

Em audiência, diretor da agência reguladora dos planos de saúde disse que não pode fixar honorários; Unimed afirmou que custos são crescentes



Maurício Ceschin (D), da ANS, fala ao lado do senador Jayme Campos; de Vinícius Marques de Carvalho, secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça; e de José Cláudio Oliveira, da Unimed

Márcia Kolumbe/Senado Federal

Honorário de médico conveniado é baixo, diz ANS

O DIRETOR-PRESIDENTE DA Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Maurício Ceschin, admitiu no Senado que estão defasados os honorários que os planos de saúde pagam aos médicos credenciados. A ANS é a agência reguladora dos planos privados de saúde.

Ceschin participou ontem de audiência pública sobre os conflitos entre médicos e planos de saúde, realizada pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da

Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Os honorários são uma das maiores fontes de conflito. Os valores são fixados por cada plano de saúde.

No ano passado, os ginecologistas e obstetras do estado de São Paulo fizeram campanha nos meios de comunicação em que reclamavam de receber, em média, R\$ 200 por parto e R\$ 25 por consulta. Eles pediam ao menos R\$ 1.000 pelo parto e R\$ 100 pela consulta.

Para mostrar o quão irrisórios eram os honorários, os médicos disseram na campanha que, enquanto a obstetra que faz o parto recebe R\$ 200, o cinegrafista contratado pela família para filmar o nascimento cobra pelo menos o dobro disso.

Em abril e setembro, médicos de todo o país deixaram de atender clientes de planos de saúde em dias determinados, como forma de protesto.

Ceschin disse que a agência não pode controlar o valor dos

honorários pagos pelos planos. Segundo ele, essa não é uma das atribuições da ANS.

De qualquer forma, o dirigente afirmou que a agência vem implementando ações e programas para facilitar o entendimento entre os dois lados.

Segundo o senador e médico Paulo Davim (PV-RN), um dos parlamentares que pediram a audiência pública, as mensalidades dos planos de saúde subiram 160% nos últimos dez anos. No mesmo período, disse, os

honorários médicos cresceram apenas 40%.

Ceschin lembrou que pesa nas contas dos planos de saúde o fato de as pessoas viverem cada vez mais tempo. Segundo ele, por ficar mais doente, um idoso custa até 12 vezes mais ao sistema de saúde do que um jovem.

José Cláudio Oliveira, advogado da Unimed, completou:

– Não existem milagres. Numa ponta, estão os custos crescentes. Na outra, os reajustes para os profissionais médicos.

Para Davim, próprio profissional deveria fixar remuneração

Paulo Davim (PV-RN) disse que é preciso solucionar os impasses entre médicos e planos de saúde. Ele sugeriu, como mediadores, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a Secretaria de Direito Econômico.

Ele enumerou os pontos que mais opõem operadoras de planos de saúde e médicos: o valor dos honorários pagos, a interferência das operadoras na atividade médica e as limitações impostas pelas operadoras aos usuários dos hospitais privados.

Davim lembrou que 47 milhões de brasileiros são clientes de planos de saúde – algo em torno de 25% da população. O mercado de saúde suplementar inclui 1,6 mil operadoras e 160 mil médicos conveniados.

– É uma área estratégica. O sistema público não tem



Ana Volpê/Senado Federal

Paulo Davim pede solução rápida para conflito entre médico e plano de saúde condição de absorver essa demanda – afirmou.

Em discurso, o senador defendeu a liberdade para que os próprios médicos estabeleçam os preços de seus serviços, assim como acontece com outras categorias de autônomos.

Atualmente, quem fixa os valores são as operadoras de planos de saúde. Na questão financeira, a ANS não interfere.

Na visão de Davim, a crise que atinge a saúde pública brasileira acabou por contaminar a saúde privada.

Planos e médicos se reunirão para buscar acordo

Da audiência realizada ontem, saiu o compromisso de que as operadoras de planos de saúde se reunirão com representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da categoria médica para dar uma resposta à demanda dos profissionais conveniados por melhores honorários.

Enquanto não há solução para o conflito entre médicos e planos de saúde, quem sofre são os pacientes, disse o presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Jayme Campos (DEM-MT).

Por causa dos baixos honorários, não é raro que médicos conveniados priorizem os pacientes que pagam pelas consultas – em detrimento dos clientes dos planos, que, por isso, às vezes precisam esperar mais de um mês para conseguir uma consulta.

Para o senador, a qualidade do serviço prestado pelos pla-

nos é similar à do Sistema Único de Saúde (SUS), famoso pela demora no atendimento.

O secretário de Saúde Suplementar da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Márcio Costa Bichara, criticou o fato de existirem planos de saúde que cobram mensalidades irrisórias diante do compromisso que assumem com os clientes. Ele disse que o número de usuários de planos de saúde aumentou, mas a rede de atendimento não foi ampliada na mesma proporção.

Bichara lembrou que os médicos realizaram paralisações em abril e setembro para mostrar à sociedade a gravidade da situação. No entanto, disse, o poder de pressão e negociação das operadoras é grande, o que prejudica os médicos. Na avaliação dele, o Estado deve intervir para resolver a situação, que prejudica especialmente os usuários.

O diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira (AMB), José Luiz Dantas Mestrinho, falou de outro ponto de conflito: a suposta interferência dos planos de saúde na autonomia técnica do médico.

Ele disse que é o profissional quem deve decidir sobre, por exemplo, requisição de exames, tempo de internação, prescrição de medicamentos de alto custo e cuidado com doenças preexistentes – e não os planos de saúde. Os planos supostamente pressionam para que se requisitem menos exames e para que o tempo de internação seja abreviado.

Para Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o fato de o reajuste dos honorários médicos ser bem mais baixo que o reajuste das mensalidades cobradas dos clientes dos planos de saúde é um preocupante sinal da “mercantilização” da área da saúde.

Humberto: Samu cobre 100% de Pernambuco

Humberto Costa (PT-PE) disse ontem, em Plenário, que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) já cobre todo o estado de Pernambuco.

Por meio de ambulâncias, o Samu presta socorro à população em situações de urgência e emergência, na via pública ou em casa, com equipes especificamente preparadas para esse tipo de atendimento.

Humberto Costa mencionou pesquisa segundo a qual o Samu aparece como o programa social mais bem avaliado do governo federal.



Ana Volpê/Senado Federal

– Hoje, temos [no Brasil] 1.618 ambulâncias de suporte básico, que fazem atendimentos mais simples, e 450 ambulâncias de suporte avançado, verdadeiras UTIs, além de 159 centrais de regulação médica. Aproximadamente 112 milhões de

brasileiros e de brasileiras são cobertos pelo Samu – detalhou.

O serviço também atua, acrescentou o senador, em conjunto com a Marinha, com helicópteros e “ambulanchas” em locais como a Ilha de Itaparica, na Bahia, e Belém.

Ana Amélia cobra votação da emenda da saúde

Ana Amélia (PP-RS) defendeu a regulamentação da Emenda 29, para que a saúde pública receba mais verbas. A emenda aguarda regulamentação há cerca de dez anos.

A senadora tocou no tema ao falar da manifestação feita ontem no Senado por entidades que defendem a injeção de mais verbas no Sistema Único de Saúde (SUS).

– Os representantes dessas entidades estarão devidamente trajados com seus tradicionais jalecos brancos, símbolo comum das profissões ligadas à saúde, e que hoje se integram ao “jalecação” lide-



Luiz Alves/Senado Federal

rado pela Frente Parlamentar da Saúde – disse a parlamentar antes da manifestação.

Ana Amélia lamentou que a Câmara dos Deputados tenha modificado o projeto original de regulamentação da Emenda 29, excluindo o trecho que destinava 10% das receitas da União para saúde.

– Os municípios têm aplicado em saúde muito mais do que lhes é devido, por causa da omissão da União e de alguns estados, que não têm cumprido a determinação constitucional do investimento em saúde – afirmou.



Senador disse que não faltam recursos para gerir aeroportos

Cassol critica Infraero por ineficiência

Ivo Cassol (PP-RO) responsabilizou ontem a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) pela ineficiência na gestão dos aeroportos, especialmente os de fronteira, em Rondônia, Acre e Amapá. Para o parlamentar, os poucos equipamentos de raios-X ou sua inexistência tornam o tempo de viagem ainda maior, prolongando em até duas horas a entrega das bagagens aos passageiros.

– Vou avisar o presidente da Infraero que toda semana vou ocupar a tribuna do Senado. Se não tem condições de fiscalizar, faça por amostragem, mas coloque a infraestrutura, planeje com competência para que não passemos por dissabores.

De acordo com o senador, o problema não está na falta de recursos. Ele apontou, inclusive, os altos valores das taxas de embarque.

Dolo eventual para motorista embriagado

Na tentativa de diminuir os altos índices de acidentes de trânsito no Brasil, Ângela Portela (PT-RR) anunciou ontem a apresentação de projeto de lei que torna presumido o dolo eventual nos crimes de trânsito envolvendo motoristas embriagados. Ao dirigir alcoolizado, ela acredita que o motorista não tem a intenção de matar, mas, por não se importar com a possibilidade, ele assume o risco de causar lesões em outras pessoas.

– Na origem da impunidade dos delitos cometidos por motoristas embriagados, está a configuração da prática como culposa. Dessa forma, a pena se reduz e muitas vezes sequer é efetivamente cumprida, graças à fragilidade do nosso sistema penal. Nós precisamos definir, de uma vez por todas, os abusos que levam a morte e lesões corporais no trânsito como dolo eventual – defendeu.



Objetivo é reduzir mortes no trânsito, explica Ângela Portela

Crescimento do número de passageiros e da frota nacional nos últimos seis anos exige aprimoramento da legislação do setor, segundo especialistas, que expuseram medidas já tomadas. Senadores sugeriram o fomento da aviação regional

Órgãos públicos querem atualizar leis para garantir mais segurança nos voos

REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS públicos que atuam na área de aviação civil destacaram ontem a necessidade de medidas para aumentar a segurança de voo diante do crescimento do tráfego aéreo nos últimos anos. Um dos pontos mencionados por eles em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) foi a importância de aprimoramento da legislação do setor. O requerimento para a audiência foi de Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

A secretária de Navegação Aérea Civil da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Clarice Rodrigues, assinalou que, entre 2005 e 2010, a taxa de crescimento no número de passageiros foi, em média, de 15%. A atual taxa de ocupação das aeronaves gira em torno de 72% ao ano. Clarice

apontou como desafios da SAC a necessidade de expansão dos aeroportos e o planejamento da aviação civil levando em conta características regionais. Ela também citou a formação de recursos humanos e a revisão do marco regulatório.

O superintendente de Segurança Operacional da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), David da Costa, observou que o aumento da frota entre 2005 e 2009 ficou acima de 40%. Atualmente, segundo ele, são feitos de 6 mil a 7 mil voos diários no Brasil. Entre os procedimentos para aumentar a segurança dos voos, foram criados o diário de bordo eletrônico e programas de prevenção ao uso de álcool e drogas e ao risco de fadiga para todos os funcionários das empresas. O

superintendente ressaltou que, com o novo sistema, ao menor indício de que o limite físico foi ultrapassado, o tripulante é afastado das suas atividades.

O chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), brigadeiro do ar Carlos Alberto da Conceição, lembrou que nenhum acidente tem uma causa isolada e que o Brasil mantém intensa troca de informações com outros países. O militar disse que o Cenipa forma profissionais tanto para investigação quanto para prevenção de acidentes e observou que o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aéreos (Sipaer) conta com laboratórios únicos na América Latina. Ele ressaltou que as caixas-pretas não respondem a todas as perguntas.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) apelou para que o governo libere investimentos para o Aeroporto Presidente João Suassuna, em Campina Grande (PB). Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) lamentou que, para visitar o interior do Amazonas, seja obrigada a utilizar hidroaviões, por falta de aeroportos. Benedito de Lira (PP-AL) perguntou se há estudo de viabilidade para incrementar a aviação regional, e Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu o fortalecimento desse setor.

Clarice Rodrigues respondeu que a aviação regional está prevista no planejamento estratégico da Anac e revelou que proposta de medidas de fomento será levada na próxima semana à apreciação da presidente da República.



David da Costa (E), Clarice Rodrigues, Benedito de Lira e Carlos da Conceição: debate aponta para necessidade de ampliação e regionalização de aeroportos

Motoristas reivindicam aposentadoria especial

Aposentadoria especial aos 25 anos de atividade, regulamentação da profissão e controle da duração máxima da jornada foram três das principais reivindicações apresentadas ontem por motoristas profissionais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Por iniciativa de Paulo Paim (PT-RS), os representantes de trabalhadores e de empresários do setor de transporte debateram, em audiência pública, possíveis mudanças em dois projetos de lei: o PLS 271/08, sobre o Estatuto do Motorista Profissional, e o PLC 319/09, que regulamenta a profissão. Ambos tramitam no Senado.

Os convidados chamaram a atenção para as condições insalubres e perigosas pelas quais passam a maioria dos motoristas profissionais, o que justificaria o tratamento diferenciado na legislação. Segundo eles, as reivindicações não beneficiam somente os trabalhadores, mas toda a sociedade, por se tratar de uma questão de segurança.

– A única categoria que não trabalha oito diárias é o caminhoneiro. A pressão e a elevada carga de trabalho obrigam muitos a buscarem a solução errada, como o uso de drogas – alertou o presidente da União Nacional dos Caminhoneiros, José Araújo “China” da Silva.

A formação profissional de novos motoristas e o investimento em cursos de aperfeiçoamento também foram pontos defendidos pelos convidados.

O presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, Flávio Benatti, alertou para o desinteresse do jovem na profissão, o que dificulta a renovação da mão de obra. Já o presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro no Paraná, Neori Tigrão, ressaltou que a categoria precisa de curso profissionalizante.

Diante do consenso, Paim disse esperar que a matéria seja aprovada este ano no Senado e, então, enviada à Câmara.



Presidente da CDH, Paim (3º à esq.) espera que projeto que regulamenta a profissão seja aprovado este ano pelo Senado

Reivindicações

- Seguro de vida obrigatório
- Implantação, nos veículos, de mecanismos eletrônicos para controle de tempo máximo de direção
- Criação de delegacias especializadas em furtos e roubos de carga
- Criação de pontos de apoio específicos nas principais rodovias federais e estaduais
- Jornada de trabalho equivalente para profissionais autônomos e empregados
- Fim da aferição do peso da carga por eixo
- Aposentadoria especial aos 25 anos de serviço
- Criação de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento
- Regulamentação da profissão
- Limitação do tempo ao volante: 4 horas, no máximo, de direção ininterrupta (com 1 de prorrogação para chegar a um local seguro); 30 minutos de pausa mínima a cada 4 horas; 1 hora de intervalo mínimo para refeição; 12 horas de direção máxima diária.

Comissão vai debater bullying nas escolas

A CDH aprovou ontem, no fim da audiência com os motoristas profissionais, requerimento de Paulo Paim para realização de audiência pública destinada a debater o bullying nas escolas. Os convidados e a data ainda serão definidos pela comissão.



À mesa da comissão, os senadores Eduardo Suplicy (E), Casildo Maldaner e Cyro Miranda analisam o projeto que agora segue para votação do Plenário

Código inclui benefício progressivo

Os incentivos para manutenção e recomposição de vegetação nativa poderão ser proporcionais ao cumprimento da legislação, se forem acatadas sugestões do relator do projeto do Código Florestal, Jorge Viana (PT-AC). O relatório poderá ser votado hoje na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O relator estabelece o critério da premiação progressiva, concedendo vantagens àqueles que seguiram a lei ou foram além das obrigações mínimas para áreas protegidas, como reserva legal e áreas de preservação permanente (APPs). Esses proprietários rurais que obedeceram às normas foram agrupados na "categoria 4" e serão os primeiros a receber benefícios previstos em programa a ser criado pelo governo federal. O programa poderá contemplar pagamento por serviços ambientais, compensações por gastos com medidas de conservação e proteção ambiental, tratamento diferenciado em programas de comercialização e incentivos à pesquisa e inovação tecnológica, entre outros.

Jorge Viana também prevê incentivos a produtores que fizerem a recomposição de áreas protegidas. Os benefícios são para aqueles que desmataram de forma irregular, mas estejam em processo de regularização de suas áreas.

Esses casos foram divididos em três categorias. A primeira reúne aqueles que buscam a recomposição de APPs e de reserva legal, mas não foram beneficiados com a regularização de atividades consolidadas nas áreas protegidas pela legislação – o projeto prevê a legalização de cultivos e criações consolidadas até 2008.

A segunda engloba imóveis rurais em fase de regularização. E a terceira é formada por agricultores que se beneficiaram com a regularização de atividades consolidadas apenas em reserva legal.

A progressividade do acesso de cada categoria aos incentivos deverá ser determinada nos programas de regularização ambiental, mas o projeto já inclui instrumentos como redução de juros em programas de crédito, isenção de impostos e financiamentos em condições facilitadas para recuperação de matas.

Notificação obrigatória de riscos pode aperfeiçoar atuação da defesa civil

Pessoas físicas ou jurídicas terão que informar qualquer ato que possa exigir ações preventivas e de socorro, segundo projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos. Descumprimento da norma será punido com multa

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei que obriga pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, a fornecerem aos órgãos de defesa civil informações para adoção de medidas que reduzam riscos de acidentes e desastres. Os dados se referem a qualquer ato em seus empreendimentos que possam exigir ações preventivas, de socorro, assistenciais ou de recuperação, além de situações anormais que possam causar danos pessoais, materiais ou ambientais.

De acordo com a proposta (PLC 52/08), que nasceu na Câmara dos Deputados e agora vai

ao Plenário, os órgãos de defesa civil podem requerer informações sobre procedimentos, instalações ou equipamentos potencialmente causadores de risco diante de eventos naturais ou provocados pelo homem.

As autoridades poderão fazer vistorias, testes e medições para a obtenção dos dados para planejamento. Nesse caso, os custos deverão ser cobertos pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pelos empreendimentos ou atividades. Há obrigação de sigilo nos dados que se caracterizem como sigilo industrial.

A pena para quem descumprir tais normas é o pagamento

de multa, imposta pelo órgão competente da defesa civil, na forma e nos valores a serem estabelecidos em regulamento específico, sem prejuízo de outras ações legais. Emenda da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) estabelece que as normas não são aplicáveis a atividades ou instalações militares.

O projeto cita empreendimentos e atividades para os quais, além da obrigação do fornecimento de informações, deve haver medidas de segurança das instalações. Na lista estão usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares; diques e barragens destinados à regularização

de cursos d'água; depósitos de munições e explosivos; refinarias, destilarias e bases de distribuição de combustíveis. Outros podem ser incluídos por decisão dos órgãos competentes. A proposição define ainda que os órgãos responsáveis pelas rodovias e ferrovias com transporte regular de cargas perigosas estabelecerão, com a defesa civil, planos para emergência.

O relator na CAE, Casildo Maldaner (PMDB-SC), acredita que o projeto possibilitará às autoridades condições para a adoção de ações preventivas, minimizando os riscos e reduzindo a ocorrência de acidentes.

Organização Amazônica é relançada, diz Vanessa



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comunicou a realização em Manaus, ontem, de reunião entre os ministros das relações exteriores dos países que integram a Organização de Cooperação

Amazônica (OTCA). A reunião precedeu seminário, que ocorre hoje e amanhã para o relançamento da entidade.

A OTCA foi criada em 1995 e tem sede em Brasília. Sua origem remonta a 1978, quando foi assinado o Tratado de Cooperação Amazônica pelos países que integram a região: Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Suriname e Venezuela. O objetivo do tratado, vigente desde 1980, é promover ações para o desenvolvimento da Bacia Amazônica.

Flexa Ribeiro pede obra no rio Tocantins



Flexa Ribeiro (PSDB-PA) voltou a cobrar ontem a conclusão das obras do derrocamento (eliminação das pedras) do Pedral do Lourenço, localizado no leste paraense, no

rio Tocantins. Segundo o senador, a obra é essencial para que o corredor do Tocantins, na Hidrovia Araguaia-Tocantins, funcione por todo o ano.

– O que não pode é aquela obra tão importante ficar sem uso. Ou seja: a hidrovia pela qual esperamos 30 anos ficar como enfeite de Natal.

Flexa disse que a obra foi licitada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), mas, após denúncias, acabou suspensa.

Rolleberg: comissão vai ouvir a Chevron



Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) disse que o Senado precisa conhecer as medidas que vêm sendo avaliadas pelo governo para prevenir e minimizar danos provocados por episódios como o derramamento de óleo, na semana pas-

sada, na Bacia de Campos (RJ). Com essa intenção, a Comissão de Meio Ambiente (CMA), presidida pelo senador, realizará na semana que vem audiência sobre o assunto, em que serão ouvidos representantes do governo federal, do estado do Rio de Janeiro e da petroleira Chevron.

– O Senado precisa se aprofundar no plano de contingência que está sendo elaborado no âmbito do governo federal.

Rolleberg quer multa maior para empresas responsáveis por danos ambientais.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Geovani Borges • José Sarney

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Prazo para apresentar emendas ao Orçamento termina hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) volta a se reunir hoje, quando também se encerra o prazo para a apresentação de emendas individuais ao projeto orçamentário de 2012.

Não houve nenhuma deliberação na reunião de ontem na comissão. Alguns parlamentares pediram que o prazo para a apresentação das emendas fosse prorrogado até amanhã, mas o prazo original acabou sendo mantido pelo colegiado.

Os parlamentares também discutiram se o adicional de R\$ 2 milhões nas emendas individuais, que passaram de R\$ 13 milhões para R\$ 15

milhões, será usado necessariamente na estruturação (construção, ampliação, reforma e aparelhamento) da rede de serviços de atenção básica da saúde, constituída por postos, centros, unidades básicas e de apoio à saúde da família.

Acordo nesse sentido foi aprovado pelas lideranças partidárias na CMO na semana passada, mas alguns deputados ainda defendem que o adicional de R\$ 2 milhões possa ser alocado em emendas prevendo ações genéricas na área da saúde, e não necessariamente em iniciativas relacionadas à estruturação da rede de serviços.



Walter Pinheiro (E), deputado Arlindo Chinaglia e Vital do Rêgo em reunião da CMO

CE quer R\$ 5 bi para educação infantil e básica

Por meio de duas emendas ao projeto de Lei Orçamentária para 2012, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) propõe que R\$ 5 bilhões sejam aplicados em educação infantil e básica.

O relator das emendas na comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que optou por sugerir duas emendas para a educação, uma para o esporte e outra para a cultura.

A emenda aprovada de maior valor, apresentada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), destina R\$ 3,5 bilhões para a implantação de escolas de educação infantil.

A segunda assegura R\$ 1,5 bilhão para a infraestrutura da educação básica. Outra emenda sugere a alocação de R\$ 500 milhões na área de cultura, enquanto R\$ 300 milhões são sugeridos para o "desenvolvimento de atividades e apoio a projetos de esportes, de esporte educacional e de esporte e lazer".



Paulo Bauer (E) e Cristovam Buarque analisam mudanças no Orçamento



Senador Acir Gurgacz, presidente da CRA: emendas de R\$ 1,2 bilhão

Dois ministérios beneficiados por emendas da CRA

As emendas ao Orçamento propostas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado (CRA) somam R\$ 1,2 bilhão, destinados à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e aos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Com base em 65 propostas, a relatora, Ana Amélia (PP-RS), elaborou quatro emendas.

Duas delas são destinadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A maior, de R\$ 669,72 milhões, trata da "concessão de subvenção econômica ao Prêmio do Seguro Rural". A outra, de R\$ 120 milhões, refere-se ao "apoio ao pequeno e médio produtor agropecuario nacional".

Outra emenda beneficia com R\$ 300 milhões o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para "apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais". A Embrapa, por sua vez, poderá ter R\$ 120 milhões para pesquisa de cadeias de produtos de origem vegetal.

Bancos cooperativos e cooperativas de crédito poderão ser autorizados a realizar empréstimos com dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Proposta vai à Câmara



Eduardo Suplicy, Cyro Miranda (D) e Vanessa Grazziotin examinam modificações sugeridas pelo relator, Casildo Maldaner

Mais instituições poderão operar com recursos do FAT

OS BANCOS COOPERATIVOS e as cooperativas de crédito, além de acesso a instituições financeiras estaduais e a agências de desenvolvimento oficiais, poderão recorrer a recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O dinheiro poderá ser utilizado para empréstimos ao setor rural e a micro e pequenas empresas, como previsto em substitutivo a projeto de lei (PLS 40/11) de Ana Amélia (PP-RS), aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto recebeu decisão terminativa e, antes de ir ao exame da Câmara dos Deputados, será votado em turno suplementar.

A avaliação geral é de que, por meio de uma rede mais ampla de operadores, haverá maior acesso e democratização do crédito. No caso dos bancos cooperativos, o relator, Casildo

Maldaner (PMDB-SC), destacou que eles, operando na ponta por meio das cooperativas de crédito, possuem a vantagem de conhecer "detalhadamente sua carteira de clientes".

– A proposta procura fazer com que haja massificação para pequenos empreendedores, disseminando esses recursos no Brasil inteiro – comentou.

Amplitude maior

O texto original previa apenas a atuação dos bancos cooperativos e das cooperativas de crédito como aplicadores dos recursos do FAT. Antes, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), já havia sido aprovada a inclusão dos bancos estaduais e das agências de desenvolvimento oficiais entre as instituições autorizadas a atuar com o FAT no crédito rural. Essas operações

hoje são concentradas no Banco do Brasil e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O texto de Casildo estabeleceu maior abrangência, passando a autorizar empréstimos também a micro e pequenas empresas. Além disso, em resposta às críticas de que os recursos do FAT precisam ser protegidos, o relator sugeriu que as entidades agora autorizadas ofereçam garantias por meio de títulos federais ou outra a ser definida pelo órgão gestor do fundo.

No início do mês, Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou voto em separado pela rejeição da matéria. Seu texto foi agora derrotado. Segundo ele, a inclusão dos bancos e cooperativas de crédito, em especial, agregaria riscos às operações, já que essas entidades estão sujeitas ao mercado.

Paim sugere aumento maior a aposentadorias

Paulo Paim (PT-RS) informou ontem, em pronunciamento no Plenário, que apresentará emenda à proposta orçamentária para garantir reajuste maior, em 2012, aos aposentados que ganham acima de um salário mínimo. Atualmente, o texto garante a esses aposentados reajuste que corresponde à reposição da inflação.

O aumento sugerido pelo senador será equivalente à inflação de 2011, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais 80% do percentual de crescimento do produto interno bruto (PIB) verificado em 2010. Paim explicou que a proposta significará um reajuste de cerca de 12%, índice que, segundo ele, não ocasionará grande impacto na Previdência.

– Eu queria os 100% [do percentual de crescimento do PIB], mas fui convencido, após acordo por parte dos aposentados e das centrais, de que deveria ser 80%. Mesmo que fossem os 100%, daria para pagar com tranquilidade.

Vital do Rêgo pede mobilização por royalties

Vital do Rêgo (PMDB-PB) renovou o convite para que a população participe de manifestação prevista para amanhã e sexta-feira, em vários municípios, a favor das novas regras de distribuição dos royalties do petróleo. Autor de substitutivo a projeto sobre o assunto (PLS 448/11), já aprovado no Senado e agora em exame na Câmara, o senador criticou "manifestações unilaterais" divulgadas pelos veículos de comunicação da região Sudeste, que hoje recebe a maior parte dos recursos originados da exploração do petróleo.

O senador também convidou a população a participar da "grande marcha dos prefeitos brasileiros", a ser realizada no dia 30 em Brasília.

Pinheiro: novo mínimo exige adequar Orçamento

Walter Pinheiro (PT-BA), relator do Plano Plurianual (PPA) 2012–2015, registrou segunda-feira a elevação, pelo governo, do salário mínimo previsto para 2012. O valor foi elevado de R\$ 619,21 para R\$ 622,73.

A revisão foi feita em razão da atualização das projeções para o INPC, que mede a inflação. O cálculo leva em conta a inflação do ano anterior com o índice de crescimento da economia de dois anos antes. Segundo o senador, a mudança implicará reajustes no Orçamento.

Para o senador, o novo número responde às críticas da oposição sobre o estabelecimento de regras perenes para a fixação do mínimo. Em fevereiro deste ano, quando da discussão da nova política de reajuste, os oposicionistas criticaram o projeto que daria origem à Lei 12.382, por considerarem inconstitucional reajustar o mínimo por meio de decreto. Pinheiro lembrou que o STF considerou a lei constitucional.

Marta comemora elevação da nota de crédito do país

A elevação da nota de crédito do Brasil pela agência de classificação econômica Standard & Poor's mostra a força e a credibilidade internacional alcançada pela moeda brasileira, ressaltou Marta Suplicy (PT-SP). Na justificativa para a elevação, disse a senadora, a agência usou como argumento algo que ela própria vem falando reiteradamente: a solidez do equilíbrio das contas públicas como instrumento de estabilidade da economia nacional. A nova nota comprovou ainda que o Banco Central acertou ao iniciar cortes na taxa de juros, preservando o emprego e a renda do trabalhador.



Ana Volpé/Senado Federal

Estatuto da Juventude ainda depende de acordo

Projeto está na pauta de votações de hoje na Comissão de Constituição e Justiça, mas o relator, Randolfe Rodrigues, pensa em adiamento para dia 7 caso não haja consenso

A APROVAÇÃO RÁPIDA do Estatuto da Juventude foi defendida ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O voto do relator da matéria (PLC 98/11), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), recomenda a manutenção do texto aprovado pela Câmara dos Deputados. A proposta está na pauta de votações da CCJ para hoje.

Semana passada, no entanto, houve controvérsias sobre determinados pontos do estatuto. Romero Jucá (PMDB-RR) e Demóstenes Torres (DEM-GO) fizeram críticas à proposta, especialmente ao desconto de 50% em passagens de transportes interestaduais e intermunicipais para jovens de 15 a 29 anos, a ser concedido independentemente da motivação da viagem.

Por isso, Randolfe solicitou ao presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), que adie a votação para 7 de dezembro caso não se chegue a um acordo para hoje. Apesar de reconhecer a importância da proposta, Marinor Brito (PSOL-PA) adiantou já ter feito emendas para ajustá-la ao que considera serem os interesses e necessidades da juventude.

Para as entidades civis presentes à discussão, o abatimento nas passagens de ônibus seria uma conquista com a relevância da meia-entrada em eventos culturais, de entretenimento e lazer.

O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Iliescu, reivindicou a federalização do direito à meia-entrada, até para driblar resistências à sua implantação

na Copa do Mundo. Por sua vez, o cantor Leoni, representante do Grupo de Ação Parlamentar Pró-Música, disse acreditar que a concessão desse benefício deve se basear em acordo negociado com a própria UNE – com o aval do Congresso Nacional – e que resguardaria os interesses dos estudantes e da classe artística.

A secretária nacional de Juventude da Presidência da República, Severine Macedo, admitiu existirem divergências dentro do governo sobre o estatuto: a União está avaliando, por exemplo, o impacto de algumas medidas sobre as finanças de estados e municípios.

– É preciso encontrar mecanismos de consenso, porque não interessa ao governo que a aprovação do estatuto se arraste por mais anos – afirmou.



O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (C), coordena a audiência com Daniel Iliescu, Severine Macedo, o cantor Leoni e a deputada federal Manuela d'Ávila

Texto garante liberdade de orientação sexual

Um dos pontos altos do Estatuto da Juventude, segundo a deputada federal Manuela d'Ávila, relatora do PLC 98/11 na Câmara, foi o entendimento entre a bancada evangélica e o movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais) para um texto que não incentive a intolerância religiosa e garanta a li-

berdade de orientação sexual. O presidente do Conselho Nacional de Juventude, Gabriel Medina, ressaltou o estatuto como primeira lei brasileira a estabelecer a liberdade na orientação sexual dos jovens. Para o coordenador do setor de juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Antônio

Francisco de Lima Neto, esse reconhecimento é importante no enfrentamento da violência contra homossexuais.

Além de Randolfe Rodrigues, defenderam a aprovação do Estatuto da Juventude os senadores Eunício Oliveira, Vital do Rêgo (PMDB-PB), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ana Rita (PT-ES).

Marinor quer acompanhar investigações no Pará



Marinor Brito (PSOL-PA) lamentou ontem o assassinato de seis adolescentes em Belém e anunciou que apresentará na Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, ligada à Comissão de Direitos Humanos, pedido de diligências para

acompanhar as investigações.

A senadora disse que os jovens, com idades entre 14 e 17 anos, foram abordados por homens em uma moto e em um carro e "chacinados em plena via pública", com 22 tiros.

– Essa prática na periferia é mais comum no Pará do que se pode imaginar: crimes, genericamente atribuídos a acertos de contas de traficantes ou autos de resistência, que podem esconder homicídios praticados por agentes de segurança pública – afirmou, destacando que os suspeitos seriam policiais e ex-policiais.

Geovani Borges: preso custa mais que estudante



A comparação entre os gastos com a manutenção dos presídios e com o ensino público indica que o Brasil investe pouco em educação, segundo Geovani Borges (PMDB-AP).

Os dados apresentados – fornecidos pela Campanha Nacional pelo Direito à

Educação – indicam gastos de mais de R\$ 40 mil anuais por preso em instituição federal, contra cerca de R\$ 15 mil por aluno das universidades federais. A disparidade é ainda maior, enfatizou Geovani, quando se comparam o dispêndio dos presídios estaduais e os gastos com o ensino médio, sob responsabilidade dos estados e do Distrito Federal. Por ano, são R\$ 21 mil por preso contra R\$ 2,5 mil por aluno.

Para o senador, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação demonstra que o gasto público com ensino deveria ser de 40% a 50% maior.

Suplicy comenta economia após pacificação de comunidades

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem artigo do economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que propõe discussão sobre o efeito das unidades de polícia pacificadora (UPPs) na economia das áreas pacificadas do Rio de Janeiro. O artigo, publicado no jornal *Valor Econômico*, sugere cautela com o "espetáculo de crescimento" verificado nas favelas sob ocupação, mas avalia que a expansão das UPPs é sustentável na medida em que os ganhos econômicos do "choque de ordem" compensarem os custos da pacificação.

Segundo Suplicy, Neri salienta a importância dos programas de microcrédito, argumentando que é preciso não "levar a favela ao (cofre do) Estado", mas "levar o Estado à favela". O senador registrou o exemplo de John Maynard Keynes, que, no início da participação do Reino Unido na 2ª Guerra Mundial, propôs separar 2% do PIB do



Senador defende distribuição de renda básica de cidadania

país para prover renda básica a toda a população.

– No dia em que tivermos a distribuição de uma renda básica de cidadania, mais opções terão aqueles jovens que se tornam parceiros e "aviõeszinho" das quadrilhas de narcotraficantes, e mais e mais formas teremos para resolver esses graves problemas sociais que têm preocupado tanto a população do Rio de Janeiro e do Brasil – afirmou Suplicy.

Inácio Arruda homenageia Zumbi dos Palmares

Inácio Arruda (PCdoB-CE) homenageou Zumbi dos Palmares pela passagem do Dia da Consciência Negra e lembrou que a nacionalidade brasileira se formou na luta por igualdade racial e social. O parlamentar descreveu episódios como a Revolução Praieira, que classificou como "batalha de nacionalidade", em que negros, índios e brancos se insurgiram contra invasores estrangeiros.

Para o senador, o episódio do Quilombo dos Palmares é significativo da batalha do povo brasileiro. Além de defender mais atenção a quilombolas e tribos indígenas, o senador pediu desenvolvimento para reduzir a exclusão social na periferia das grandes cidades.

– São negros, brancos e amarelos, todos juntos com dificuldades econômicas que exigem grande força e unidade do



Parlamentar enaltece a luta dos brasileiros pela igualdade racial

nosso povo para enfrentar essas desigualdades. É batalha de grande monta, porque significa, numa situação em que o mundo está em crise, o nosso país se desenvolvendo – afirmou.

Inácio Arruda saudou o ex-presidente Lula pela criação da Universidade da Integração Luso-Afro-Brasileira, em Redenção (CE), primeiro município brasileiro a libertar totalmente os escravos. O senador também registrou a inauguração da TV Canaã, em Fortaleza, e pediu mais veículos que exercitem a "livre expressão do pensamento".

Paim destaca audiências sobre quilombolas no Rio Grande do Sul

Paulo Paim (PT-RS) registrou que na semana passada foi ao Rio Grande do Sul acompanhar audiências e diligências da Comissão de Direitos Humanos (CDH), da qual é presidente, em comunidades quilombolas.

A primeira audiência pública, contou Paim, ocorreu dia 14 na assembleia legislativa do estado, onde se discutiu a obrigação do poder público de assegurar vida digna aos quilombolas. No dia 16, o debate prosseguiu na comunidade de Morro Alto, no município de Maquiné, com a participação de agricultores e quilombolas.

O senador listou outros eventos dos quais participou na última semana. Um deles foi a Feira do Livro de Porto Alegre. Outro foi encontro com representantes da Associação Gaúcha de Avicultura. Paim

citou ainda sua presença em ato em defesa da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da organização sindical, promovido pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores Gaúchos, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul. O senador esteve também no lançamento oficial de projeto da Funasa para abastecimento de água potável para comunidades quilombolas.

Na extensa agenda, constou ainda o lançamento da pré-candidatura do deputado federal Pepe Vargas (PT-RS) à prefeitura do município de Caxias do Sul e diversos outros encontros e seminários.

Paim se desculpou por não ter conseguido atender a todos os convites que recebeu e afirmou que voltará ao estado para nova rodada de eventos.